



A História da Instrução Pública em Formiga/MG durante o Brasil Império

The History of Public Education in Formiga/MG during the Brazilian Empire

La Historia de la Instrucción Pública en Formiga/MG durante el Brasil Imperial

Thais Oliveira Duque

Instituto Federal de Educação de Minas Gerais (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-9034-8865>

<http://lattes.cnpq.br/7904180848984468>

thais.duque@ifmg.edu.br

Carlos Roberto Jamil Cury

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-5555-6602>

<http://lattes.cnpq.br/2686596980826238>

crjcury@gmail.com

Resumo

O presente artigo investiga a história da educação pública, no município de Formiga-MG durante o período imperial brasileiro, com base em pesquisa documental e bibliográfica. A partir da análise de registros locais e do Arquivo Público Mineiro, o estudo revela uma realidade educacional marcada pela escassez de políticas sistematizadas, pela ausência de registros oficiais e por uma prática educativa fragmentada e incipiente. Foram identificados vestígios da atuação de diversos professores no século XIX, além da existência de instituições como o Collegio Tesson (1867) e o 13º Círculo Literário (1859). A ausência de registros administrativos sobre escolas e professores é interpretada como reflexo do silenciamento institucional e da baixa prioridade efetiva conferida à instrução pública no Brasil como um todo e, especialmente, em regiões interioranas. O artigo conclui apontando a importância de se preservar e aprofundar a investigação histórica local como forma de dar visibilidade aos sujeitos e práticas educacionais esquecidas pela memória oficial.

Palavras-chave: História da Educação; Educação no período imperial; Instrução pública.

Abstract

This article investigates the history of public education in the municipality of Formiga, Minas Gerais, during the Brazilian Imperial period, based on documentary and bibliographic research. From the analysis of local records and the Minas Gerais Public Archive, the study reveals an educational reality marked by the scarcity of systematized policies, the absence of official records, and a fragmented and incipient educational practice. Evidence was found of the work of various 19th-century teachers, as well as the existence of institutions such as Collegio Tesson (1867) and the 13th Literary Circle (1859). The absence of administrative records on schools and teachers is interpreted as a reflection of institutional silencing and the low priority given to public instruction in inland regions. The article concludes by highlighting the importance of preserving and deepening local historical research as a way to give visibility to individuals and educational practices forgotten by official memory.

Keywords: History of Education; Imperial period; Public instruction.

Resumen

Este artículo investiga la historia de la educación pública en el municipio de Formiga, Minas Gerais, durante el período imperial brasileño, con base en investigación documental y bibliográfica. A partir del análisis de registros locales y del Archivo Público de Minas, el estudio revela una realidad educativa marcada por la escasez de políticas sistematizadas, la ausencia de registros oficiales y una práctica educativa fragmentada e incipiente. Se identificaron vestigios de la actuación de diversos docentes del siglo XIX, así como la existencia de instituciones como el Collegio Tesson (1867) y el 13º Círculo Literário (1859). La ausencia de registros administrativos sobre escuelas y profesores es interpretada como reflejo del silenciamiento institucional y de la baja prioridad conferida a la instrucción pública en regiones del interior. El artículo concluye señalando la importancia de preservar y profundizar la investigación histórica local como forma de dar visibilidad a los sujetos y prácticas educativas olvidadas por la memoria oficial.

Palabras clave: Historia de la Educación; Educación en el período imperial; Instrucción pública.

Recebido: 04/11/2025

Aprovado: 14/05/2026

Introdução

Nesta pesquisa, o espaço é a cidade de Formiga, localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais. Sua origem está ligada ao processo de interiorização da ocupação do território mineiro, durante os séculos XVII e XVIII, no contexto das bandeiras e da repressão aos quilombos. A presença de trilhas, como a “Picada de Goiás”, utilizadas por bandeirantes, tropeiros e religiosos, consolidou a formação de núcleos familiares e religiosos na região. Entre esses marcos iniciais, destaca-se a fundação da Capela de São Vicente Ferrer, ligada à Freguesia de São Bento do Tamanduá, conforme registros históricos que remontam à provisão de 1765 (Paula Sobrinho, 2007).

A elevação à condição de paróquia, com função administrativa, além de comunitária e religiosa, ocorreu em 1833, após decreto regencial de 1832, reforçando a institucionalização da localidade como núcleo administrativo e religioso (Trindade, 1945). A emancipação administrativa foi oficializada em 12 de maio de 1839, com a criação da Vila de Formiga e instalação da Câmara Municipal no mesmo ano. Por fim, em 6 de junho de 1858, a Lei nº 880 elevou a vila à categoria de cidade (Câmara Municipal de Formiga, s.d.). Ferreira (2019) destaca que a pesquisa científica, em qualquer área, ocorre em um espaço e tempo específicos e, no caso da pesquisa histórica sobre a educação, é fundamental aproximar as questões do presente das experiências do passado para refletir sobre a realidade atual e projetar ações futuras.

Atualmente, Formiga apresenta uma população de 67.822 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025), com destaque para sua infraestrutura urbana consolidada e significativa atuação educacional. O município conta com nove Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 16 escolas municipais de ensino fundamental, 1 (um) Centro Municipal de Línguas, 10 escolas estaduais e oito instituições privadas de ensino básico (Câmara Municipal de Formiga, 2025). No campo da educação superior, destaca-se o Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), que oferece mais de 20 cursos de graduação, programas de pós-graduação e extensão. Já o Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Formiga (IFMG), com cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como graduações e pós-graduação *stricto sensu* (Centro Universitário de Formiga, 2025; Instituto Federal de Minas Gerais, 2025). Essas instituições tornam Formiga um polo educacional regional, atraindo estudantes de municípios vizinhos e ampliando o alcance de sua rede de ensino.

Essa realidade atual contrasta com os relatos do século XIX, que apontavam para a precariedade educacional da região. Conforme registros de Corrêa (1993, p. 174), a Vila de Formiga possuía, em 1825, apenas “uma Escola de Gramática Latina com vinte alunos, mantida por iniciativa privada”. No Brasil Império, a educação pública passava por severas limitações estruturais e organizacionais.

A legislação de 15 de outubro de 1827¹ estabeleceu a oferta da instrução primária gratuita, em todo o território nacional, mas sua implementação foi marcada por desafios como a escassez de professores, falta de edifícios escolares, baixos salários e ausência de fiscalização efetiva. A adoção do método Lancaster, ou ensino mútuo, visava contornar essas dificuldades por meio da instrução por monitores, permitindo que um único professor instrísse centenas de alunos (Brasil, 1827; Castanha, 2006, 2012).

¹ A Lei de 15 de outubro de 1827 foi o primeiro dispositivo legal do Brasil independente a tratar da organização da instrução pública. Ela determinava a criação de escolas de primeiras letras, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, estabelecendo conteúdos como leitura, escrita, aritmética e noções de moral cristã, além de prever a separação por sexo e a adoção do método de ensino mútuo. Essa legislação marcou o início da sistematização da educação pública no Brasil e, por esse motivo, o dia 15 de outubro foi posteriormente instituído como o Dia do Professor.

Esse cenário permite compreender que, no plano nacional, a escolarização imperial foi marcada por uma tensão entre a previsão legal da instrução primária gratuita e as condições concretas de sua efetivação. Embora, nos debates educacionais do início do Império, tenha sido formulada uma proposta mais ampla de organização da instrução pública, estruturada em diferentes graus de ensino, a legislação aprovada em 1827 restringiu-se à escola elementar e adotou o ensino mútuo como estratégia de expansão. Assim, a difusão das primeiras letras foi anunciada como direito, mas sua concretização apoiou-se em soluções de baixo custo, aspecto que ajuda a compreender os limites observados posteriormente em localidades interioranas como Formiga (Saviani, 2021).

Ademais, a vigência do estatuto do cativo, ao reduzir pessoas escravizadas à condição de propriedade, tornava o acesso à escolaridade não só ainda mais limitado, como, ao longo do tempo, associou-se a outras dimensões próprias de uma discriminação cujas sequelas se fazem presentes até os dias atuais.

Vidal e Faria Filho (2002) apontam a existência de visões contrastantes em torno da efetividade da Lei de 15 de outubro de 1827, especialmente evidenciadas nos jornais por ocasião de seu centenário. O jornal *O Paiz* exaltava o marco legal como mais significativo do que o próprio Grito do Ipiranga, por considerar que foi, a partir dessa legislação, que o país teria iniciado um verdadeiro processo de independência, ao oferecer ao povo o acesso à leitura e, conseqüentemente, à compreensão de sua identidade nacional. Por outro lado, *O Jornal do Brasil* demonstrava um tom melancólico diante da persistência do analfabetismo, cem anos após a promulgação da lei, apontando a contradição entre os discursos celebratórios e a realidade educacional do país na época.

A Constituição Política do Império do Brasil, promulgada em 25 de março de 1824, três anos antes da Lei de 1827, foi o primeiro texto constitucional brasileiro e estabeleceu, entre outros direitos, a garantia de instrução primária gratuita a todos os cidadãos, conforme disposto no artigo 179, parágrafo 32. Contudo, a efetivação desse direito ficou condicionada à regulamentação por leis posteriores, o que limitou sua concretização imediata. Ademais, não se pode olvidar que a lei previa a extinção de escolas em *lugares pouco populosos* e a previsão de que as escolas de ensino mútuo só teriam assento em *lugares populosos*. Essa centralização das decisões educacionais começou a ser modificada com a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (Lei nº 16), ou seja, dez anos depois, que alterou a Carta de 1824. Esse marco legislativo descentralizou a administração pública, criando as Assembleias Legislativas Provinciais e transferindo às províncias a competência para legislar sobre a instrução pública primária e secundária (Brasil, 1824, 1834).

A descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834, entretanto, não deve ser compreendida apenas como uma alteração administrativa. Para Saviani (2021), a Lei de 15 de outubro de 1827 continha a possibilidade de estruturação de uma rede nacional de escolas elementares, mas essa possibilidade não se efetivou. Ao transferir às províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária, o governo central formalizou um modelo no qual a organização da escola pública passou a depender das condições políticas, econômicas e administrativas de cada província e de cada localidade. Desse modo, a realidade educacional de Formiga deve ser lida como expressão local de um processo mais amplo de escolarização nacionalmente anunciado, mas desigualmente sustentado.

No ano seguinte, a Lei Provincial nº 13, de 28 de março de 1835, representou a primeira iniciativa formal de organização da instrução pública na Província de Minas Gerais. Essa legislação regulamentou a criação de cadeiras de instrução primária, estabelecendo dois graus de ensino: o primeiro, voltado ao aprendizado da leitura, escrita e das quatro operações matemáticas; e o segundo, destinado a conteúdos mais avançados, como aritmética superior, leitura e escrita aprimoradas e noções de deveres morais e religiosos. A lei também determinou que, em todos os lugares populosos com no mínimo 24 alunos, deveria haver escolas públicas

do 1º grau e que, nas cidades e vilas maiores, fossem implantadas escolas de 2º grau. Além disso, autorizou a criação de escolas femininas em que fosse possível, definiu os salários dos professores e, de maneira pioneira, previu a fundação de uma Escola Normal na província com o objetivo de formar professores para o ensino primário (Minas Geraes, 1835).

Na Província de Minas Gerais, o método de ensino mútuo foi oficialmente incorporado pela legislação provincial, por meio dessa mesma lei de 1835, embora sua eficácia tenha sido amplamente questionada por autoridades imperiais e também por pesquisadores contemporâneos da história da educação, como Castanha (2006, 2012), que aponta as limitações estruturais, pedagógicas e sociais que afetavam a implantação efetiva do modelo proposto. A esse respeito, leia-se um artigo dessa lei provincial: *Art. 11 Somente as pessoas livres podem frequentar as Escolas Públicas, ficando sujeitas aos seus Regulamentos.*

Diante do cenário nacional e das especificidades locais, o presente artigo tem como propósito investigar a história da educação, no município de Formiga, durante o período do Brasil Império (1822-1889)². Uma busca inicial foi realizada em instituições locais — incluindo instâncias legislativas, executivas, bibliotecas e museu — contudo, nessa busca, não foram encontrados registros referentes ao recorte temporal de 1822 a 1889. A ausência de tais documentos reforça a importância de resgatar e registrar a história dos primórdios da educação no município, justificando, assim, a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de dar visibilidade e preservar a memória desse período da educação (ou da sua ausência) em Formiga.

Primeira Busca

O primeiro levantamento foi realizado, entre os dias 7 e 25 de abril de 2025, com visitas a diversas instituições localizadas no município, com o objetivo de identificar documentos e registros relacionados à educação no período do Brasil Império (1822–1889). As instituições consultadas incluíram a Câmara Municipal, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Educação, Secretaria e de Cultura e Museu Municipal, a Paróquia São Vicente de Ferrer, a Biblioteca Pública Municipal e a Biblioteca do UNIFOR-MG.

No que se refere à Prefeitura Municipal, especificamente à Secretaria de Educação, verificou-se a existência de registros apenas a partir do ano de 1926, período correspondente à instalação das primeiras escolas oficiais no município, portanto, fora do escopo temporal delimitado para esta pesquisa. Na Secretaria de Cultura, a documentação disponível também remonta somente à década de 1920, igualmente não contemplando o período imperial investigado.

Durante a visita realizada à Câmara Municipal de Formiga, foi localizado um conjunto de oito volumes da obra de José Francisco de Paula Sobrinho, intitulada “A formação histórica das comunidades no Brasil: estudo da criação do Arraial de São Vicente Ferrer da Formiga, sua história e sua gente”, publicada em 2007. Os volumes 1 e 2, em especial, concentram os principais registros relacionados ao contexto educacional entre os anos de 1831 e 1889.

Conforme Paula Sobrinho (2007), a região de Formiga passou a ganhar relevância durante o processo de conquista do Sertão do Campo Grande, marcado pela repressão a quilombos e pela formação de trilhas coloniais como a Picada de Goiás. A construção da Capela

² Cabe destacar que o Período Imperial brasileiro se subdivide em três fases distintas: o Primeiro Reinado (1822–1831), o Período Regencial (1831–1840) e o Segundo Reinado (1840–1889), cada um com singularidades políticas e educacionais. A descentralização administrativa, provocada pelo Ato Adicional de 1834, por exemplo, atribuiu às províncias a responsabilidade de organizar a instrução primária e secundária, impactando diretamente a estrutura educacional em municípios como Formiga (Inácio; Faria Filho, 2019).

de São Vicente Ferrer e sua posterior elevação à condição de freguesia foram acompanhadas por esforços da Igreja Católica para “domesticar³” a população, como revela a atuação do Padre Gaspar, que construiu sete capelas filiais à freguesia de São Bento do Tamanduá; uma delas deu origem à cidade de Formiga.

No que se refere à educação formal, os registros apontam para a existência de professores a partir de 1831, quando Cândido Joaquim de Arantes atuava como professor de primeiras letras, ensinando em sua própria residência, dado que não havia ainda uma estrutura escolar oficial no município. Em 1839, José Fortunato da Silva substituiu Cândido, também atuando como professor de primeiras letras, igualmente em sua residência. Ambos representam os primeiros profissionais identificados com atuação educacional na localidade (Paula Sobrinho, 2007).

No Brasil imperial, a expressão professor de primeiras letras referia-se ao docente encarregado do ensino elementar (alfabetização e aritmética básica). Sua primeira aparição oficial encontra-se em ato normativo logo após a independência. O Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823 eleva o vencimento de um “Professor de primeiras letras da Corte”, evidenciando que o cargo já era formalmente reconhecido pelo governo imperial (Brasil, 1823).

A Lei de 15 de outubro de 1827 foi a responsável por estabelecer as diretrizes para o exercício do magistério primário no Império do Brasil. Conforme previsto em seu Art. 6º, cabia ao professor (ou mestre) de primeiras letras a função de alfabetizar os alunos, bem como ministrar-lhes aritmética rudimentar, gramática portuguesa e noções de moral religiosa. Já o Art. 7º dispunha que os candidatos às cadeiras do magistério deveriam ser “examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho”, antes de serem nomeados. Tal dispositivo evidencia que o ingresso no cargo de professor de primeiras letras exigia a realização de exame público e nomeação oficial, conferindo legitimidade e um preparo mínimo ao exercício da docência (Brasil, 1827).

Outros nomes foram documentados para o ano de 1859: João Simpício de Araújo, professor de primeiras letras, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, que atuava como Inspetor do Círculo; o Reverendo Lucas Antônio Monteiro de Barros, Delegado de Instrução (Paula Sobrinho, 2007). Identifica-se, nessa descoberta, uma inconsistência. O cargo de Inspetor de Círculo, apontado como existente no ano de 1859, só foi criado formalmente com a legislação de 1867. A Lei Provincial nº 1.400, de 1867, e o Regulamento nº 56 criaram a Diretoria Geral de Instrução Pública, órgão centralizado subordinado ao presidente da província e instituíram os cargos de Delegado Distrital e de Inspetor de Círculo. As funções dos inspetores incluíam a supervisão pedagógica, administrativa e disciplinar das escolas, a avaliação da atuação docente e a proposição de nomeações locais (David, 2008).

³ Nos primórdios da educação no Brasil, encontram-se os Jesuítas, a ação missionária, que difundia os preceitos religiosos aos nativos e, posteriormente, aos negros. A primeira Constituição, em 1824, quando se contava com 82% da população analfabeta, já estabelecia instrução primária e gratuita para adultos. A cada ato legislativo, a ação de domínio de uma cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada se sobrepunha e asseverava as diferenças e distâncias sociais (COSTA; MACHADO, 2017). O uso do termo “domesticar”, nesse contexto, aproxima-se da análise de Paula e Faria Filho (2000), para quem a ação pedagógica da Igreja e do Estado no Império operava no sentido de disciplinar corpos e moralizar condutas sociais, articulando a educação formal e a catequese como instrumentos civilizatórios. Barbosa (2007) ratifica que projeto da escola não buscava emancipar os sujeitos, mas “domesticar” os analfabetos, impondo-lhes uma cultura hegemônica e disciplinando seus modos de ser.

O termo “Delegado de Instrução⁴”, foi utilizado de forma genérica para designar delegados locais encarregados da instrução pública, cuja denominação exata variou ao longo do século XIX. Os Círculos Literários⁵ correspondiam a divisões territoriais demarcadas de acordo com a densidade populacional, sendo inicialmente criados quinze, com sedes em vilas ou cidades estrategicamente importantes. Os delegados desses círculos tinham como função relatar ao presidente da província as condições das escolas locais, inspecionando a atuação dos professores, as práticas pedagógicas utilizadas e, em alguns casos, reivindicando melhorias materiais para as instituições (Inácio, 2003).

Também há o registro de Francelino José Cardoso, identificado como professor particular (Paula Sobrinho, 2007). A identificação da atuação de um professor particular, no ano de 1859, pode ser compreendida também à luz da Lei nº 13/1835. O artigo 9º da referida legislação estabelecia que eram permitidas as escolas particulares, independentemente de licença governamental, desde que os professores fossem devidamente habilitados conforme as exigências legais (Minas Geraes, 1835).

Foi identificado, também no ano de 1859, cinco anos após a Reforma Couto Ferraz de 1854 do Decreto n. 1331-A, o nome de Fortunato de Souza Pereira como professor de Latim (Paula Sobrinho, 2007). No contexto do ensino secundário mineiro, durante o Império, o professor de Latim ocupava função central, na estrutura das aulas avulsas, modalidade predominante até a década de 1850. As legislações que visavam à criação de colégios também imprimiam ambiguidade ao dar sequência às aulas avulsas, como a Lei nº 60 de 1837⁶ (Neves, 2006).

Assim, as aulas avulsas, ou "cadeiras menores", continuaram a constituir a base do ensino secundário, prevalecendo também a escassez de professores. Em 1839, segundo relatório do presidente de província Bernardo Jacinto da Veiga, havia uma cadeira de Latim vaga na Vila de Formiga. Conforme dados apresentados na Fala do Presidente de Província, Francisco José de Souza Soares D'Andrea, em 1844, havia apenas oito cadeiras de Latim providas na província, não existindo referência específica a suas localidades. Já em 1859, registros indicam a existência de 44 cadeiras de Latim ocupadas e nove vagas, sendo uma delas provavelmente exercida em Formiga pelo professor Fortunato (Neves, 2006).

Por fim, nos registros de Paula Sobrinho (2007), aparece o nome da professora D. Francisca de Paula Noronha Olivier⁷, professora de meninas no ano de 1859. O termo "professora de meninas" decorreu também da Lei nº 13 de 1835, especialmente em seu art. 3º,

⁴ Na prática, trata-se da continuação (com algumas interrupções) do papel do antigo delegado literário, mas em diferentes marcos legais. A evolução foi a seguinte: de 1835 até 1860 vigorou o sistema dos Delegados de Círculo Literário. Em 1860, contudo, ocorreu uma reformulação significativa por iniciativa da Assembleia Provincial mineira – Lei nº 1064, de 04 de outubro de 1860 e seu regulamento complementar nº 49/1860 (David, 2008). A figura do delegado de Círculo Literário foi instituída pela Lei Provincial nº 311, de 08 de abril de 1846 (Minas Geraes, 1846), que passou a regulamentar com maior rigor a instrução pública primária, incluindo a adoção do método simultâneo de ensino e a exigência de habilitações específicas para os professores formados pela Escola Normal, instituída originalmente pelo artigo 7º da Lei nº 13/1835. O delegado era responsável pela fiscalização das escolas de primeiras letras nas diversas regiões da província (Inácio, 2003).

⁵ O artigo 3º da Lei Provincial nº 60, de 07 de março de 1837, determinou que a Província de Minas Gerais fosse dividida em Círculos Literários, tomando por base as comarcas existentes. Essa divisão tinha como finalidade organizar o ensino secundário, viabilizando o estabelecimento de aulas públicas de gramática latina, francesa, filosofia, retórica, geografia e história nas regiões onde não houvesse colégios públicos ou particulares (Minas Geraes, 1837).

⁶ A Lei Provincial nº 60, de 07 de março de 1837, autorizava o governo da província de Minas Gerais a estabelecer aulas de gramática latina, francesa, filosofia, retórica, geografia e história nas comarcas onde não houvesse colégios públicos ou particulares que ministrassem tais matérias. Essa legislação representava um esforço institucional para a expansão do ensino secundário, por meio da criação de cadeiras avulsas em localidades desprovidas de instituições estruturadas de ensino (Minas Geraes, 1837).

⁷ O nome da professora aparece grafado de duas formas nos documentos consultados: D. Francisca de Paula Noronha Olivier e D. Francisca de Paula Noronha Oliveira. Ambas as variantes referem-se à mesma pessoa, sendo possível que a divergência decorra de erros de grafia ou variações na forma de registro ao longo do século XIX.

que autorizava o governo a estabelecer escolas para meninas, em localidades com instituições do 2º grau, desde que houvesse frequência habitual de pelo menos vinte e quatro alunas. Nessas escolas, o currículo incluía, além das matérias do 1º grau, ortografia, prosódia e noções gerais dos deveres morais, religiosos e domésticos, evidenciando a função educativa voltada para a formação da mulher nos moldes do ideal doméstico e cristão da época (Minas Geraes, 1835).

Assim, a atuação de D. Francisca, em 1859, insere-se diretamente nesse modelo legal e cultural de instrução feminina, que visava disciplinar e formar as meninas para o desempenho de papéis considerados adequados à condição feminina no Brasil Império. Não foram encontradas alterações legais significativas nesse dispositivo entre os anos de 1835 e 1859, o que indica a permanência dos critérios estabelecidos inicialmente para o funcionamento dessas escolas (Muniz, 2000).

Além da diferença no conteúdo do ensino, é importante observar também a disparidade numérica. Entre 1815 e 1825, havia 27 escolas masculinas com 753 alunos e apenas três escolas femininas com 65 alunas. Mesmo entre 1852 e 1861, quando o sistema educacional já estava mais estruturado, as meninas representavam apenas 11% das matrículas. No final do Império, entre 1880 e 1889, essa proporção melhorou, mas ainda era desigual: 928 escolas para meninos e 639 para meninas, com 28.836 alunos e 15.111 alunas, respectivamente. Apesar de avanços, a participação feminina na educação permaneceu limitada, ao longo do século XIX, quanto à quantidade e ao recorte dos conteúdos atribuídos (Muniz, 2000).

Ainda no que se refere ao contexto da educação feminina, a Villa de Tamanduá (à qual pertencia a região onde hoje se localiza Formiga, elevada à cidade em 1858) foi uma das localidades contempladas pela criação de escolas para meninas, estabelecidas pelo Conselho do Governo em 1828. A professora nomeada para a função foi Ma. Carlota de S. Miguel, com provimento em 31 de janeiro de 1834 (Lopes; Chamon, 2019). Tal fato reforça a atuação das mulheres na docência, ainda no século XIX, mesmo diante das limitações e normas morais vigentes que segregavam os gêneros e restringiam o acesso das meninas à educação formal. Como ilustração, entre 1828 e 1837, havia 143 escolas: 129 para meninos e 14 para meninas. Consequentemente, as meninas representavam apenas 7,7% das matrículas (Muniz, 2000).

Os demais registros feitos por Paula Sobrinho (2007) são referentes ao ano de 1875, quando é relatado que o professor Antônio Pompílio de Campos foi substituído por Joaquim Máximo da Silva Rodarte⁸, que permaneceu como docente até 1932. Também há referência ao professor Misseno Batista de Mello, que iniciou sua atuação como professor em 1886.

A documentação reunida permitiu observar não apenas a precariedade das condições iniciais de ensino, mas também o protagonismo de determinados agentes sociais e religiosos na organização da instrução local. O Censo de 1831 registrava 6.201 habitantes, com taxa de alfabetização estimada em apenas 5%; em 1839, com 6.499 habitantes, o índice subia para menos de 8% (Paula Sobrinho, 2007). Segundo Gomes, Faria Filho e Mesquita (2018), tais percentuais refletem o descompasso entre a retórica da escolarização universal e a realidade dos investimentos públicos, sobretudo em regiões interioranas como Formiga.

A baixa taxa de alfabetização registrada em Formiga não deve ser interpretada apenas como característica isolada da localidade. Saviani (2021) sustenta que a constituição de um sistema nacional de ensino exigiria condições materiais e investimentos financeiros contínuos, o que não se verificou de modo suficiente no Império. Assim, os índices locais de

⁸ Joaquim Máximo da Silva Rodarte foi um destacado educador e figura pública em Formiga-MG durante o século XIX. Tornou-se professor e exerceu significativa influência na educação local, sendo reconhecido por sua dedicação ao ensino e à formação de jovens na região. Além de sua atuação como educador, envolveu-se ativamente na vida política e social de Formiga, contribuindo para o desenvolvimento do município. Em sua homenagem, foi criada a Escola Estadual Professor Joaquim Rodarte, inaugurada em 1945, situada na Rua Bernardes de Faria, nº 60, no centro de Formiga. A escola é considerada um marco na história educacional da cidade e foi tombada como patrimônio cultural municipal pelo Decreto nº 2730/2004, reconhecendo sua importância histórica e arquitetônica para a comunidade formiguense (Formiga, 2025; QEdu, 2025).

alfabetização expressam, em escala municipal, os limites econômicos e administrativos de uma escolarização nacionalmente anunciada, mas pouco sustentada por recursos públicos capazes de garantir sua efetivação.

Embora a Paróquia São Vicente de Ferrer não tenha disponibilizado documentos referentes ao período delimitado pela pesquisa (1822–1889) — sendo o livro de registros mais antigo datado de 1936 — foi possível reconstruir parte da trajetória eclesial da região, por meio de documentos históricos localizados em outras fontes, especialmente na Biblioteca Pública Municipal, na Biblioteca da UNIFOR-MG e em obras como a de Coelho (2018), Corrêa (1993) e Trindade (1945).

A origem e o desenvolvimento da estrutura eclesiástica da freguesia de São Vicente Ferrer, localizada na atual cidade de Formiga/MG, apresentam divergências documentais no que se refere à identidade de seu primeiro vigário colado. Segundo Trindade (1945), a capela foi erigida por provisão de 11 de março de 1765, por solicitação do sargento-mor João Gonçalves, como filial da freguesia de São Bento do Tamanduá. O autor afirma que, com a criação do curato (o termo "curato" era frequentemente usado para referir-se a um território eclesiástico, geralmente uma freguesia, sob a jurisdição de um padre ou curado) por decreto regencial em 14 de julho de 1832 e sua posterior elevação à freguesia, em 29 de novembro de 1833, o primeiro vigário colado foi o padre Antônio Carvalho da Trindade. Em sequência, assumiram o ofício os padres André Martins Ferreira, Francisco da Anunciação Teixeira Coelho e João Ivo da Silva Rodarte.

No entanto, Faria (2023) apresenta uma versão distinta, ao indicar que o primeiro vigário colado da freguesia de São Vicente Férrer foi o padre Francisco da Anunciação Teixeira Coelho. Além disso, o autor contextualiza a localização da freguesia, destacando sua posição estratégica entre Goiás e o Rio de Janeiro, distante dos rios navegáveis que favoreciam outras vilas mineiras, e ressalta que o referido padre foi alvo de denúncia por envolvimento político, conforme consta em registros eclesiásticos do período.

A relação entre Igreja e educação, nesse contexto, é enfatizada por Inácio e Faria Filho (2019), que analisam como o controle eclesiástico da vida comunitária se estendia à organização da instrução pública, influenciando o currículo, a escolha dos professores e o perfil disciplinar dos alunos. A presença dos padres, como vigários colados e professores, bem como a atuação em redes de capelas, ilustra a imbricação entre religião e ensino como força organizadora do espaço social local.

No caso de Formiga, essa articulação entre Igreja e instrução deve ser compreendida como manifestação local de uma configuração cultural mais ampla do Estado imperial, no contexto do Padroado, estabelecido no período colonial entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica e mantido no Império. Embora a instrução pública estivesse relacionada à difusão dos saberes elementares considerados necessários à vida civil, a Constituição de 1824 manteve a religião católica como religião oficial do Império, e a Lei de 1827 incorporou conteúdos de moral cristã e doutrina católica ao currículo das primeiras letras. Assim, a centralidade da freguesia, dos padres e das práticas religiosas na vida comunitária formiguense indica que a escolarização local se desenvolveu em estreita relação com essa matriz católica, moralizante e disciplinadora (Saviani, 2021).

A elevação da localidade à condição de freguesia foi um marco no processo de consolidação do povoado de Formiga como núcleo urbano, social e político. Conforme destaca Corrêa (1993, p. 174), “diferentemente de outras cidades mineiras, Formiga teve um início modesto, no setor educacional, havendo registros apenas de uma Escola de Gramática Latina em 1825, com vinte alunos, mantida por iniciativa privada”. A construção da igreja matriz definitiva ocorreu por volta de 1839, sendo inaugurada em 1873, com influências arquitetônicas barrocas e rococós (Coelho, 2018).

Complementando o levantamento documental e histórico realizado, a obra de Lopes e Chamon (2019) traz importantes informações sobre a estrutura educacional da Província de Minas Gerais, no século XIX, sobretudo no que diz respeito à presença de aulas avulsas, cadeiras noturnas e educação feminina. O município de Formiga, ainda referido por vezes como Villa de Formigas, aparece nas fontes como um dos núcleos que contava com a modalidade de aulas avulsas, entre os anos de 1831 e 1837, conforme aponta o quadro geral de distribuição por localidades. Essa modalidade de ensino era caracterizada pela ausência de uma estrutura escolar fixa, sendo ministrada geralmente em residências ou espaços alternativos por professores autorizados pelo governo provincial.

Outro aspecto relevante diz respeito à presença de cadeiras de instrução primária noturna. Em 1890, segundo dados apresentados por Lopes e Chamon (2019), Formiga contava com uma aula noturna registrada, o que evidencia esforços para ampliar o acesso à educação a trabalhadores e adultos. Apesar de esse dado ultrapassar o recorte cronológico da presente pesquisa, ele é significativo por demonstrar que, mesmo nas primeiras décadas após o fim do Império, a cidade ainda mantinha uma estrutura educacional embrionária e incipiente.

Essa primeira busca permitiu ratificar a relevância de se construir um registro mais consistente sobre o passado educacional da cidade, ao mesmo tempo em que trouxe à tona indícios fundamentais — entre os quais se destacam a identificação de professores atuantes no século XIX e a origem eclesial do município. Tais achados forneceram as bases para um aprofundamento da investigação, orientando a segunda etapa da pesquisa, que teve como ponto de partida os nomes dos docentes mencionados nas fontes históricas e a tentativa de identificar qual seria a Escola de Gramática existente em Formiga em 1825.

Segunda busca

A segunda etapa da pesquisa consistiu em realizar buscas pelos nomes de professores previamente identificados em fontes impressas, como o trabalho de Paula Sobrinho (2007) e nos seus desdobramentos nos registros da imprensa provincial. A intenção foi aprofundar a compreensão sobre a instrução pública em Formiga durante o Brasil Império, rastreando possíveis dados biográficos, atuação política, vínculos com instituições religiosas ou educacionais e trajetórias funcionais.

Antes da emancipação político-administrativa de Formiga, ocorrida em 1858, a região integrava a jurisdição da vila de Tamanduá, atual Itapecerica. Foi nesse contexto territorial que se insere a criação das primeiras escolas públicas de meninas na província de Minas Gerais, conforme estabelecido pela Resolução do Conselho do Governo em 1828. Entre as localidades contempladas, Tamanduá foi uma das dez vilas inicialmente selecionadas para receber a instrução feminina. A cadeira foi provida apenas em 31 de janeiro de 1834, com a nomeação da professora Maria Carlota de S. Miguel (Jinzenji, 2010; Lopes; Chamon, 2019).

A tese de Jinzenji (2008) destaca que a professora Maria Carlota atuava em conformidade com os padrões exigidos à época, que incluíam domínio de conteúdos como moral cristã, língua nacional, aritmética e prendas domésticas, conforme estabelecido pela Lei de 15 de outubro de 1827. As candidatas ao magistério feminino deviam submeter-se a exames públicos, os quais funcionavam como mecanismos de fiscalização social e confirmação da competência docente perante a comunidade e o governo provincial. Publicações como O Mentor das Brasileiras noticiavam esses exames e reforçavam o papel moralizante atribuído à educação de meninas.

Além de Maria Carlota de S. Miguel, a mesma tese apresenta o caso de Maria Ricardina de Oliveira Novaes, aluna da professora Policena Tertuliana de Oliveira, que se destacou nos exames realizados em São João del-Rei nos anos de 1830. Ricardina foi provida como professora da escola pública de meninas da Campanha em 3 de maio de 1832. “Após lecionar na localidade até 1837, foi removida para a vila de São José e, posteriormente, designada para a vila de Formiga em 1848. Entrou em licença em 1853” (Jinzenji, 2008, p. 217-218).

O nome do professor Cândido Joaquim de Arantes, como professor em Formiga no ano de 1831, foi encontrado no livro de Paula Sobrinho (2007). A partir dessa referência inicial, foi realizada uma busca pelo nome do professor em repositórios digitais e fontes históricas disponíveis na internet.

O nome de Cândido Joaquim d’Arantes consta no Quadro I – Integrantes da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional de São João del-Rei (1831-1835), apresentado na dissertação de Falco (2021), o que evidencia sua participação em uma organização de caráter liberal moderado atuante no contexto do Período Regencial. A Sociedade Defensora, fundada em outubro de 1831 na Casa da Câmara da vila de São João del-Rei, reuniu voluntariamente cidadãos engajados na defesa da monarquia constitucional e na manutenção da ordem pública.

A presença de Cândido Joaquim d’Arantes entre seus membros permite levantar a hipótese de que se trata do mesmo professor posteriormente atuante em Formiga, indicando seu envolvimento em redes de sociabilidade e articulação política desde os anos 1830 (Falco, 2021).

A existência de membros da família Arantes em Formiga, durante o século XIX, é corroborada por registros sobre o Capitão Antônio Joaquim de Arantes, figura ligada à Guarda Nacional e à maçonaria republicana, cuja biografia menciona um filho de nome idêntico: Cândido Joaquim de Arantes. No entanto, a análise das datas demonstra que o professor atuante, em 1831, já teria nascido, pelo menos, por volta de 1810, ao passo que o Capitão Antônio somente se alistou na Guarda Nacional, em 1861, ou seja, torna improvável que fosse o pai de Cândido, pois, nessa conjuntura, teria que ter nascido pelo menos por volta de 1790 e teria, em 1861, por volta de 70 anos, idade não compatível com alistamento militar, indicando que não se trata da mesma pessoa (Arls Amor e Caridade nº 313, 2021).

Considerando a prática recorrente de repetição de nomes em famílias da época, é possível supor que o professor Cândido Joaquim de Arantes fosse parente de algum grau do Capitão Antônio, embora não haja, até o momento, comprovação documental desse vínculo familiar.

Em 1839, José Fortunato da Silva substituiu Cândido, também atuando como professor de primeiras letras, conforme apontado por Paula Sobrinho (2007). Sobre o professor José Fortunato da Silva, contudo não foram localizados registros biográficos que confirmem sua trajetória, origem ou vínculo com outras instituições educacionais. A única menção encontrada em pesquisa web refere-se a um homônimo, nascido em 1938, cuja profissão registrada em certidão foi a de pedreiro, sendo, portanto, incompatível com a temporalidade e o perfil buscado. Assim, permanece em aberto qualquer informação adicional sobre sua atuação educacional ou vínculos familiares, sendo sua relevância até o momento limitada ao registro de sua função como professor substituto de Cândido Joaquim de Arantes em 1839 (Familysearch, 2025c).

A ausência de registros mais amplos sobre esses primeiros educadores não é incomum nos contextos interioranos do século XIX, nos quais a documentação pública era escassa, e os sujeitos com atuação em ofícios civis locais raramente ultrapassavam a menção, em relatórios de presidentes de província, atas de câmaras ou memórias paroquiais. Ainda assim, a nomeação e atividade de ambos os professores, no contexto da legislação de 1827, revelam a incorporação progressiva das diretrizes educacionais imperiais, mesmo em localidades periféricas, sendo possível considerar Cândido Joaquim de Arantes e José Fortunato da Silva como precursores da instrução pública no município de Formiga.

Após um silêncio de 20 anos de registros, temos, no ano de 1859, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, que atuava como Inspetor do Círculo. Na busca pelo nome do professor, observou-se que esse nome é idêntico ao de um destacado magistrado mineiro do século XIX, nascido em Ouro Preto, em 1813, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1841, que exerceu extensa carreira jurídica como juiz, desembargador do Tribunal da Relação de Minas Gerais e, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, aposentando-se em 1888 (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, [19--?]). Apesar da semelhança, não foram encontrados indícios documentais que confirmem sua atuação direta, na função de inspetor de círculo em Formiga ou em qualquer atividade docente na localidade, o que aponta para a existência de homônimos.

Dando continuidade aos registros identificados em 1859, destaca-se a presença do Reverendo Lucas Antônio Monteiro de Barros como delegado de instrução. A menção a esse nome remete, imediatamente, à proeminente família Monteiro de Barros, um dos núcleos mais influentes da elite política, administrativa e eclesiástica mineira do século XIX. Entre seus membros mais notáveis encontra-se o Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros (1767–1851), que exerceu importantes funções no Império, como senador, desembargador e membro do Conselho de Estado (Martins, 2017; Soares, 2024).

No entanto, embora o nome do reverendo corresponda nominalmente ao do visconde, a atuação desse último não pode ser confundida com a do agente de instrução registrado em Formiga, em 1859, visto que o Visconde de Congonhas faleceu, em 1851, conforme atestado por fontes biográficas (Soares, 2024). A hipótese de que a função tenha sido exercida por um descendente direto, como um filho ou sobrinho, também encontra restrições, já que os registros consultados indicam que o Lucas filho era casado e vinculado a compromissos familiares, em outros territórios e períodos, o que inviabiliza sua atuação simultânea na cidade de Formiga (Genovez, 2009; Martins, 2017).

Dessa forma, a ocorrência mais plausível é que o reverendo mencionado seja um homônimo, pertencente a outro ramo da família ou a um grupo social distinto, compartilhando apenas o nome de batismo com o visconde. Situações como essa ressaltam a importância da aplicação criteriosa do método prosopográfico (abordagem que visa mapear coletivamente as trajetórias de indivíduos, para a identificação de estratégias sociais, padrões familiares e redes de poder), sobretudo, em estudos que envolvem a história da educação e a genealogia de elites locais. A distinção entre o reverendo atuante em Formiga e os membros amplamente documentados da família Monteiro de Barros reforça a necessidade de atentar-se aos elementos contextuais — como temporalidade, vínculos familiares e funções exercidas — para evitar generalizações ou equívocos na reconstrução historiográfica de realidades regionais no século XIX.

Outro nome relevante identificado, na história da educação em Formiga, na segunda metade do século XIX, é o de Fortunato Pereira de Souza, também referido como Fortunato de Souza Pereira, professor de Latim. Registros genealógicos indicam que nasceu por volta de 1840, na província de Minas Gerais, tendo constituído família com Joanna Evangelista de Jesus, com quem teve pelo menos um filho (Familysearch, 2025b). Embora as fontes genealógicas não ofereçam dados detalhados sobre sua trajetória docente, evidências documentais provenientes da Academia Mineira de Medicina confirmam sua atuação como educador local. Consta que Fortunato mantinha um externato, em Formiga, no qual estudou José Carlos Ferreira Pires, futuro médico de destaque e patrono da Cadeira 34 da referida instituição. De acordo com o verbete biográfico de Pires, ele “frequentou o externato do professor Fortunato de Souza Pereira, em Formiga, transferindo-se depois para Ouro Preto, então capital do Estado” (Academia Mineira de Medicina, 2025). Essa informação evidencia a existência de uma escola privada na cidade, administrada por Fortunato, que preparava jovens para a continuidade dos estudos em centros mais desenvolvidos, como Ouro Preto.

Na busca pelo nome do professor Fortunato Pereira de Souza, foram descobertos mais três nomes de professores: Ignacio Rodrigues Paiva, Ernesto José Corrêa e D. Thereza Maria Roza de Lima sobre os quais não foram encontradas informações adicionais.

Sobre o Reverendo Francisco da Anunciação Teixeira Coelho, as informações indicam que ele foi vigário colado da freguesia de São Vicente Férrer da Vila Nova de Formiga a partir da década de 1840. Segundo o portal São João del-Rei Transparente, ele foi criado por Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, figura histórica da Inconfidência Mineira, que o acolheu ainda criança, em sua fazenda na região de Prados, Minas Gerais (Cruz, 2025). Outro fato relevante é que, em 1847, Francisco foi denunciado ao bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso, pelo juiz de órfãos Pedro da Costa Fonseca. A acusação dizia respeito à sua atuação política, na freguesia de Formiga, sendo apontado como apoiador de um grupo partidário contra outro considerado rival. O juiz afirmava que o vigário, em vez de se dedicar exclusivamente à orientação espiritual dos fiéis, teria se tornado “cão de fila da fracção de hum Partido Político” (Faria, 2023, p. 83). O caso ocorreu, em um período de forte disputa entre setores do clero alinhados ao liberalismo político e defensores do modelo ultramontano⁹, promovido por Dom Viçoso, que buscava maior controle disciplinar e ideológico sobre os párocos. O desfecho do processo não foi localizado, mas o episódio demonstra a presença de conflitos entre religião e política na trajetória de um agente da instrução pública.

Quanto ao professor Antônio Rodrigues de Paiva, seu nome aparece como réu na Apelação n. 1336, registrada no termo de Formiga, em 8 de fevereiro de 1887, referente a um litígio comercial com José Joaquim da Costa Xavier. O processo envolve a dissolução da firma “Paiva & Costa”, que atuava no comércio fluvial pelo rio São Francisco. O autor da ação alegava ter emprestado recursos à sociedade e exigia do réu o pagamento correspondente, enquanto a defesa se baseava na ausência de liquidação formal da sociedade e na inexistência de provas documentais da dívida. A sentença foi desfavorável ao autor e confirmada pela Relação de Ouro Preto em 1888 (Brasil, 1898).

Apesar da menção a Antônio Rodrigues de Paiva Lopes nesse processo judicial, o documento não apresenta informações sobre sua identidade civil, como ocupação, grau de instrução ou vínculos institucionais. Assim, não é possível confirmar, com base nessa fonte, se se trata do mesmo Antônio Rodrigues de Paiva Lopes, eventualmente referido em outras documentações como professor. A falta de dados biográficos impede qualquer associação segura com a atuação no campo educacional ou com a história do magistério em Formiga no século XIX.

Entre os professores citados por Paula Sobrinho (2007), destaca-se João Simplicio de Araújo, cujo nome aparece em requerimento publicado no Diário de Minas, em 26 de outubro de 1866, em que solicita ao governo provincial o pagamento de seus vencimentos diretamente “à boca do cofre”, expressão que indica o desejo de recebimento imediato ou direto na tesouraria provincial. No mesmo ano, em 17 de abril, o professor também figura como signatário de um manifesto publicado na imprensa em defesa do coronel Manoel Teixeira de Magalhães Leite Júnior, então comandante da Guarda Nacional em Formiga e Piumhi, atacado por periódicos da Corte. O documento, assinado por membros do Partido Liberal local, foi redigido em tom de indignação contra acusações consideradas caluniosas e reforça o envolvimento cívico e político de João Simplicio no contexto municipal (Diário de Minas, 1866; Correio Mercantil, 1866).

⁹ Ultramontanismo foi um movimento da Igreja Católica, no século XIX, que defendia a autoridade absoluta do papa e a centralização das decisões religiosas em Roma. No Brasil, entrou em conflito com o padroado imperial, sistema que dava ao imperador o controle sobre nomeações e assuntos eclesiásticos. Os ultramontanos rejeitavam o liberalismo e valorizavam a obediência à hierarquia e à doutrina tradicional da Igreja.

Nos anos seguintes, a documentação reforça sua vinculação com o magistério. Em 1º de outubro de 1880, seu nome volta a aparecer, em um requerimento publicado no jornal *Actualidade*, identificado como professor da cidade de Formiga, com despacho solicitando informações à Inspectoria Geral da Instrução Pública (*Actualidade*, 1880). Contudo, um dos registros mais expressivos sobre sua carreira está nas edições de *O Noticiador*, entre abril e junho de 1869, que detalha sua transição funcional da justiça para o ensino público. Inicialmente servidor do judiciário local, João Simplício solicitou licença ao juiz municipal de Formiga, alegando incompatibilidade entre os cargos de oficial de justiça e professor. Diante da exigência legal, optou formalmente pelo magistério. A partir da edição n. 111, a imprensa oficial passou a publicar editais abrindo concurso para o provimento das funções judiciais que ele deixara, nos termos do Decreto nº 817, de 30 de agosto de 1851 (*Noticiador de Minas*, 1869).

Sobre a D. Francisca de Paula Noronha Oliveira, professora de meninas, consta, no exemplar do periódico *Noticiador de Minas*, de 23 de novembro de 1871, um requerimento. No documento, a professora solicita seu título oficial, presumivelmente relacionado ao reconhecimento formal de seu cargo pelo governo provincial. O requerimento foi encaminhado, por ordem do então presidente da província, ao inspetor da tesouraria provincial, a fim de que fossem tomadas as providências administrativas necessárias à regularização do título (*Noticiador de Minas*, 1871). Também há o registro de Francelino José Cardoso, identificado como professor particular. O nome de Francelino José Cardoso aparece em documentos oficiais da província de Minas Gerais como professor público. Conforme o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*, para o ano de 1870, consta na “relação dos empregados provinciais aposentados e licenciados” até dezembro de 1868, especificamente na seção de instrução primária (Martins, 1870, p. 44). Esse registro indica que Francelino já atuava na docência pelo menos até a década de 1860, o que posiciona sua atividade no contexto educacional do Brasil Império.

Duas hipóteses surgem quanto à sua identificação. A primeira refere-se a Francelino, nascido em 1815, na cidade de Bambuí (MG), cuja trajetória docente coincide com o período imperial. A segunda hipótese considera um homônimo nascido em 1859, também em Minas Gerais, cuja atuação seria posterior. No entanto informações publicadas no periódico *O Trem da História* aponta Francelino era casado com Marcelina, também professora, e era pai de Clodoveu Cardoso, nascido em 1883, o que reforça a identificação com o Francelino mais velho (nascido em 1815), como sendo o professor licenciado mencionado no almanaque. A hipótese do segundo Francelino, nascido em 1859, é considerada como possível filho, pertencente a uma tradição familiar vinculada à docência (Familysearch, 2025a; Fundação Calmon Barreto, 1994; Geni, 2025).

Após um intervalo de 16 anos sem registros identificados, tem-se a menção ao nome de Antônio Pompílio de Campos, como professor atuante no município de Formiga, em 1875, seguido, em 1886, por Misseno Batista de Mello. No entanto, não foram encontradas informações documentais que possibilitem a reconstituição da trajetória ou do perfil desses docentes. Posteriormente, o professor Antônio foi substituído por Joaquim Máximo da Silva Rodarte, que permaneceu na função até o ano de 1932. Contudo, informações sobre esse último não serão abordadas nesta pesquisa, por ultrapassarem o recorte temporal estabelecido.

Durante as buscas referentes à presença de instituições educacionais em Formiga, no século XIX, foi localizada uma série de anúncios publicados no Diário de Minas, em 1867, sobre o funcionamento do Collegio Tesson, dirigido por José Maria Tesson. Segundo o anúncio veiculado na edição de 25 de abril de 1867, o colégio havia sido fundado, em 7 de janeiro daquele ano, oferecendo ensino primário e secundário voltado à instrução e educação de meninos. A escola admitia alunos internos, externos e meio-pensionistas, com disciplinas que atendiam às exigências dos cursos superiores, além de primeiras letras e música. O texto informa ainda que os estatutos e regulamentos do colégio estavam disponíveis para consulta com o diretor da instituição (Diário de Minas, 1867).

Embora inicialmente se presumisse a existência de uma escola de gramática, em Formiga desde 1825, não foram localizados registros que confirmassem sua existência. A única referência concreta encontrada corresponde aos anúncios do Collegio Tesson, publicados no Diário de Minas, especificamente nas edições de n. 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228 e 229, todas datadas de 1867, sem menção a vínculos com instituições anteriores (Diário de Minas, 1867).

Nas buscas documentais sobre os professores, foram identificados mais três nomes de professores em Formiga: Manoel Alves e Antônio Moreira, ambos relacionados ao magistério por volta do ano de 1841. A única referência aparece, em uma carta enviada por Manoel Alves ao Barão de Camargos, na qual solicita a destituição de Antônio Moreira do cargo de professor de segundo grau na Vila de Formiga. O documento, preservado no Fundo Barão de Camargos, localizado no Setor de Arquivo Histórico da Casa do Pilar, revela os meandros das disputas políticas e pessoais que permeavam as nomeações docentes na época (Bonsembiante, 2006).

O conteúdo da carta expõe com clareza práticas de clientelismo e racismo presentes nas relações sociais e educacionais do Império. Para justificar sua pretensão ao cargo, Manoel descreve o então professor Antônio Moreira como “preto e maníaco”, alegando que, por essa razão, seus próprios filhos e outras crianças recebiam instrução particular. O episódio, citado por Bonsembiante (2006), demonstra como a cor da pele e juízos de valor subjetivos eram utilizados como argumentos para remoção de docentes, evidenciando os conflitos de poder e preconceitos estruturais no sistema educacional da época.

Por fim, registra-se o caso de Francisco de Paula Barcellos, professor público formado pela Escola Normal de Ouro Preto (ENOP), em 1879, conforme levantamento de Serafim-Pedruzzi e Jinzenji (2022). Após sua formação, iniciou sua trajetória docente, na cidade do Pomba, sendo nomeado em 1880 e, posteriormente, transferido para a cidade de Formiga, onde continuou a atuar como professor primário. Segundo as autoras, Barcellos aparentemente foi o único egresso da ENOP, no período entre 1877 e 1889, que abandonou a carreira no magistério após oito anos de atuação. Seu nome aparece em registros oficiais da época, como o periódico *A Actualidade*, que noticiou sua nomeação como professor público e, em edições do *Minas Geraes*, confirmando sua atuação na administração estadual (Actualidade, 1881; Minas Geraes, 1894).

Dessa forma, como desdobramento da presente etapa, propõe-se que a terceira fase da investigação seja realizada no repositório do Arquivo Público Mineiro (APM), a fim de verificar manuscritos administrativos, mapas escolares, relatórios provinciais, ofícios e outros registros funcionais que possam esclarecer as lacunas documentais. No total, foram identificados registros relevantes sobre oito professores ou agentes de instrução.

No contexto do ensino destinado às meninas, identificou-se o nome de Maria Carlota de S. Miguel, professora em Itapeçerica, vinculada ao que pode ter sido a primeira escola feminina da região. Tal instituição foi autorizada pela legislação de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827)

e teve sua criação formalizada pela Resolução do Conselho do Governo em 1828. No entanto, sua efetiva implementação ocorreu, apenas em 1834, com a nomeação da referida docente.

Outra professora mencionada nos registros é Maria Ricardina de Oliveira Novaes, que foi removida para Formiga em 1848. Essa professora apresenta em sua trajetória três remoções: de São João del-Rei para Campanha, de Campanha para Vila de São José e, finalmente, de Vila de São José para Formiga. De acordo com o Artigo 5º da Lei nº 13, de 1835, a remoção de professores era prevista, nos casos em que a baixa frequência escolar não decorresse da desídia do professor, mas, sim, de fatores como escassez populacional ou outras causas justificadas. Ainda assim, não foram localizadas, nos documentos, as justificativas específicas que motivaram essas transferências (Minas Geraes, 1835).

No ano de 1859, Francisca de Paula Noronha Oliveira, aparece nos registros com uma solicitação sobre título oficial de professora. Obter o título oficial de professora significava obter a licença estatal para lecionar, nas escolas públicas do Império, após aprovação em processos seletivos previstos na Lei de 15 outubro de 1827 (Brasil, 1827). Esse título garantia ao docente direitos formais (salário do Tesouro público, estabilidade, gratificações) e o prestígio de carreira pública. Ao mesmo tempo, inseria o magistério, em um sistema burocrático de controle educacional, em que o Estado definia quem podia ensinar e sob que condições morais e pedagógicas.

Os professores Cândido Joaquim de Arantes, Francisco da Anunciação Teixeira Coelho e João Simplicio de Araújo tiveram seus nomes ligados ao Partido Liberal. Esses professores não apenas atuavam no magistério, mas também integravam uma rede político-associativa mais ampla, articulada em torno das sociedades defensoras da liberdade e da instrução pública. Essas associações funcionavam como espaços de debate, doutrinação política e formulação de projetos político-culturais que visavam formar o povo segundo os ideais do liberalismo moderado (Gomes; Faria Filho; Mesquita, 2018; Inácio; Faria Filho, 2019; Paula; Faria Filho, 2020).

A participação desses docentes evidencia o papel estratégico que exerciam como mediadores entre o saber escolar, as práticas culturais e o jogo político local, reforçando a interdependência entre educação e política no contexto do Brasil imperial (Gomes; Faria Filho; Mesquita, 2018; Inácio; Faria Filho, 2019; Paula; Faria Filho, 2020).

Fortunato Pereira de Souza fundou o externato em Formiga e teve um aluno que se tornou membro da Academica Mineira de Medicina. O externato representava nesse período a oferta estruturada de ensino de segundo grau, ou seja, fora do regime de cadeiras avulsas. Em Minas Gerais, o ensino de segundo grau foi marcado pela escassez de instituições públicas. Após a extinção do Colégio de Nossa Senhora da Assunção de Ouro Preto em 1843, suas cadeiras foram transferidas ao Seminário de Mariana, evidenciando a dificuldade da província em manter estabelecimentos leigos (Neves, 2006).

Somente em 1866, por meio do Regulamento nº 56 da Lei provincial nº 1.267, foram criados seis externatos públicos, um em cada cidade estratégica, como Sabará, São João del-Rei e Campanha, sendo exigida a frequência mínima de 32 alunos. Contudo, esses externatos foram extintos apenas dois anos depois, em 1868, pela Lei provincial nº 1.601, fazendo com que o ensino secundário voltasse a depender das aulas avulsas, limitadas às cadeiras de Latim e Francês (Neves, 2006).

Diante desse cenário, o suposto externato particular mantido por Fortunato em Formiga destaca-se por sua relevância e eficácia, especialmente ao formar um aluno que prosseguiu com sucesso para o ensino superior.

Por fim, há também menção ao professor Francelino José Cardoso como professor particular. Não foram encontrados registros dos professores: José Fortunato da Silva, Lucas Antônio Monteiro de Barros, Ignacio Rodrigues Paiva, Ernesto José Corrêa, Thereza Maria Roza de Lima, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, Antônio Rodrigues de Paiva, Antônio Pompílio de Campos e Misseno Batista de Mello. A ausência de dados biográficos e funcionais sobre esses nomes reforça a necessidade de avançar com as buscas em acervos físicos especializados.

Terceira Busca

A metodologia adotada para essa terceira busca, baseou-se na busca documental realizada no sistema do Arquivo Público Mineiro (APM), com o objetivo de localizar documentos referentes à instrução pública, na cidade de Formiga, Minas Gerais, no período de 1822 a 1889.

Inicialmente foi realizada uma busca com os termos “Formiga”, “Minas Gerais”, “Instrução Pública” com o conectivo “e” adicionalmente os termos ensino, aula régia, educação, escola, professor, aluno, aula pública, inspetor de ensino. Todos esses com o conectivo “ou”, também foi definida a data de 1*/1*/1822 a 31/12/1889, selecionando também o item “exato(a)” da plataforma de busca, o que significa que as datas de início e fim de descrições retornadas devem enquadrar-se completamente no intervalo inserido. O resultado foi de 139 registros.

No canto superior esquerdo da plataforma, existe um campo para limitar os resultados da pesquisa e optou-se, por pertinência, por limitar os resultados à categoria “Instrução Pública”, e o resultado foi de 99 itens. Entre os 99 itens, foi feita a leitura da descrição por “Visualização em tabela”, ordenados por código de referência e ordem crescente. Os itens selecionados para investigação foram: i) Nomeação, designação, licença, suspensão e restauração de ensino: total de 32 caixas de código BR MGAPM IP-3-1-Cx.001 a Cx.032; ii) Matrícula dos inspetores e suplentes de Círculos Literários: 1(uma) caixa de código BR MGAPM IP-3-2-017; iii) Matrícula do ensino particular nos municípios mineiros: 1(uma) caixa de código BR MGAPM IP-3-2-061; iv) Matrícula de estabelecimentos subvencionados de ensino primário e secundário, provinciais: 1(uma) caixa de código BR MGAPM IP-3-2-172; Atas de visitas às aulas da Escola Normal de São João Del Rei e inscrição de candidatos a exames: 1(uma) caixa de código BR MGAPM IP-3-4-151. Esse primeiro recorte resultou em 36 itens selecionados para investigação.

A busca foi refeita com o termo “Tamanduá”, no campo “pontos de acesso”, selecionando o termo “Tamanduá”. A busca retornou 63 itens. Entre eles foram destacados quatro documentos com menções a Formiga ou equivalentes, sendo: i) Correspondência recebida de Câmaras Municipais 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CGP-1-2-Cx.13 (1829–1834); ii) Formiga, Município de Tamanduá 1 (uma) caixa de código BR MGAPM PP-01-10-Cx.60-Doc.03 (1838); iii) Tamanduá 1(uma) caixa de código BR MGAPM PP-01-10-Cx.65-Doc.25 ([1839]), e, iv) São Vicente Ferrer da Formiga, Município de São Bento do Tamanduá 1(uma) caixa de código BR MGAPM PP-01-10-Cx.65-Doc.20 (1839).

Uma terceira tentativa foi realizada, com os nomes próprios identificados na pesquisa bibliográfica e nas fontes locais. Para essa busca, foram utilizados por pertinência os filtros “instrução pública” e o filtro de local, definindo “Minas Gerais” e, para os nomes, utilizou-se o uso de aspas para buscar expressões exatas.

O primeiro nome foi “Carlota de S. Miguel”, no campo de opções avançadas de busca, foi novamente limitado o período de forma exata e, também, os termos Instrução Pública com o conectivo “e” adicionalmente os termos ensino, aula régia, educação, escola, professor, aluno, aula pública, inspetor de ensino, todos esses com o conectivo “ou”. Dessa forma, foram encontrados 21 resultados, dos quais seis foram selecionados, incluindo: i) Informação de serviço do primeiro escrivão Lucas Monteiro de Souza Oliveira e Castro sobre envio de provisão do padre Mariano Souza Silvério 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CC-2-Cx.015-Pl.10316-Doc.03 (1822); ii) Requerimento do professor das primeiras letras da Vila do Príncipe solicitando que se lhe abra assento para cobrar os seus ordenados 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CC-2-Cx.079-Pl.20102-Doc.05 (1822); iii) Correspondência recebida de Câmaras Municipais 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CGP-1-2-Cx.05 (1829–1833); iv) Correspondência recebida sobre assuntos diversos: duas caixas de código BR MGAPM CGP-1-4-Cx.02 (1832–1834), BR MGAPM CGP-1-4-Cx.06 (1833–1834); e, v) Documentação interna do Conselho Geral da Província 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CGP-3-2-Cx.01 (1828–1834).

Ao repetir a busca com os mesmos filtros, verificou-se que o nome em si não era um fator determinante, ou seja, a presença dos outros itens de seleção da busca estava determinando o mesmo retorno de resultados do item anterior. Foi definido, então, para a busca dos demais nomes da lista, apenas a limitação inicial de período (1^o/1^o/1822 a 31/12/1889). Então, para os nomes “Ignácio Francisco Silveira Mota”, “Joaquim Caetano da Silva Guimarães”, “Lucas Antonio Monteiro de Barros”, “Fortunato de Souza Pereira”, “João Simplicio de Araujo”, “Francisca de Paula Noronha Olivier” (variação de “Francisca de Paula Noronha”), “Francelino José Cardoso”, “Manoel Alves”, “Antônio Moreira”, “Francisco de Paula Barcellos”, “Cândido Joaquim de Arantes”, “Antonio Pompilio de Campos”, “Joaquim Máximo da Silva Rodarte” e “Misseno Batista de Mello”, não foram encontrados resultados.

Para o nome “José Fortunato da Silva”, foi encontrado um resultado: Repartição Especial de Terras Públicas – Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo 1 (uma) caixa de código BR MGAPM TP-1-179 (1854–1855).

Também foram buscados, com restrição apenas de datas, alguns outros termos encontrados na pesquisa bibliográfica, designações da cidade no período pesquisado. Foram eles: i) “Curato da Formiga do Tamanduá” não apresentou nenhum resultado; ii) “Villa de Formigas” apresentou um resultado Originais de mapas de nascimentos, batizados casamentos e óbitos remetidos pelos Párocos (1^o semestre) 1 (uma) caixa de código BR MGAPM SP-0256 (1839); iii) “Comarca do Rio das Mortes” apresentando 14 resultados, porém nenhum relevante para a pesquisa; iv) “São Bento do Tamanduá” apresentou 33 resultados, dos quais, quatro foram selecionados para investigação: a) Lista de dízimos dos moradores da Freguesia de São Bento do Tamanduá de 1789 a 1831, elaborada por Carlos José Álvares Antunes, 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CC-2-Cx.056-Pl.30461-Doc.03 (1848); b) Correspondência recebida de Câmaras Municipais 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CGP-1-2-Cx.13 (1829–1834); c) Documentação interna do Conselho Geral da Província 1 (uma) caixa de código BR MGAPM CGP-3-2-Cx.04 (1833–1834); e, d) São Vicente Ferrer da Formiga, Município de São Bento do Tamanduá 1 (uma) caixa de código BR MGAPM PP-01-10-Cx.65-Doc.20 (1839).

Em resumo, a relação de caixas arquivísticas com resultados relevantes para investigação documental sobre instrução pública, na cidade de Formiga/MG e região, entre os anos de 1822 a 1889, conforme buscas no sistema do Arquivo Público Mineiro, pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de caixas

Descrição	Código de Referência	Resultado da busca
Matrícula do ensino particular nos municípios mineiros	BR MGAPM IP-3-2-061	- ano 1860 a 1875 – referência a Formiga nas páginas 116 e 117 constando quatro alunos: Coleta Candida d Moniz Leite (primeira letras); Rita Moreira (primeira letras); Maria Carolina de Sr Teixeira (primeira letras – observação lei nº 1618 de 1869); Joaquim Rodrigues Teixeira Rodarte (Internato – instruções primária, noções de história geral, geografia, escrituração mercantil, álgebra, equações primeiro grau e numérica – observação 14 de janeiro de 1848)
Matrícula de estabelecimentos subvencionados de ensino primário e secundário, províncias	BR MGAPM IP-3-2-172	Décimo terceiro Círculo Literário, cidade de Formiga, registro Doutor Joaquim Caetano de Sá, suplentes Doutor Francisco Cyrillo Ribeiro de Souza e João Marciano de Faria Pereira – ano 1859 e 1860.
São Vicente Ferrer da Formiga, Município de São Bento do Tamanduá	BR MGAPM PP-01-10-Cx.65-Doc.20 1839	Registro da caixa repassada pelo arquivo BR MGAPM PP 1-10 Cx 13 Doc 20 - registro de um professor (José Fortunato) (145 páginas de registro média de 50 nomes por página – nome dos homens e mulheres, qualidades/empregos, observações/estados)
Correspondência recebida sobre assuntos diversos	BR MGAPM CGP-1-4-Cx.02 1832-1834	- seis requerimentos para instrução pública, não há menção a pedido de escola e/ou professor/cadeira para Tamanduá ou Formiga (1829 a 1834) total de 50 documentos
Correspondência recebida sobre assuntos diversos	BR MGAPM CGP-1-4-Cx.06 1833-1834	-1(um) documento da Comarca do Rio Pomba referente à instrução pública
Correspondência recebida de Câmaras Municipais – Conselho Geral da Província	BR MGAPM CGP-1-2-Cx.13 1829-1834	-1(um) documento sobre requerimento instrução de São João Del Rei - nas correspondências da Comarca de São Bento do Tamanduá (1830-1834-1839-1833) num total de 45 documentos ao todo (as duas comarcas São João Del Rei e São Bento do Tamanduá não há menção à instrução pública e/ou professores

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM), a partir dos documentos e caixas arquivísticas identificados na busca documental; organização dos autores (2025).

A partir da análise documental realizada no sistema do Arquivo Público Mineiro (APM), no recorte temporal de 1822 a 1889, foi possível localizar alguns registros relativos à instrução pública envolvendo a cidade de Formiga e suas designações históricas (como São Vicente Ferrer da Formiga e São Bento do Tamanduá). No entanto, os dados levantados indicam que a presença da instrução pública na região era pontual e desarticulada, revelando, sobretudo, a ausência de uma política sistemática voltada à educação na localidade.

Apesar de terem sido identificados alguns documentos relevantes — como as matrículas de alunos do ensino particular entre 1860 e 1875, o registro do 13º Círculo Literário em Formiga (1859–1860) (em Minas Gerais foram designados 15 círculos literários, em localidades em que não existiam escolas de segundo grau, segundo a Lei de nº 60 de 1837, no seu artigo 3º, essa prática deveria ocorrer nas comarcas menos populosas) e a nomeação de um professor no distrito de São Vicente Ferrer da Formiga — a maioria dos registros encontrados não apresenta menções expressas à instrução pública na cidade. Chamam a atenção, principalmente, os

silêncios documentais nas correspondências oficiais da Câmara Municipal, nos registros do Conselho Geral da Província e nas comunicações da Comarca de São Bento do Tamanduá que, entre os anos de 1829 e 1834, não apresentam qualquer referência direta à criação de escolas, nomeação de professores ou demandas educacionais.

Esse silêncio também é analisado por autores como Paula e Faria Filho (2020), que destacam as lacunas da memória institucional quando se trata das práticas escolares e dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino fora dos grandes centros. Para esses autores, a história da educação brasileira ainda enfrenta desafios quanto à preservação e ao acesso a fontes primárias, especialmente nos municípios do interior.

À luz do quadro mais amplo da escolarização imperial, observa-se que, após o Ato Adicional de 1834, a instrução primária e secundária passou a depender mais diretamente das províncias, sem que se constituísse uma organização nacional articulada. A ausência de registros contínuos sobre escolas, professores e fiscalização em Formiga, portanto, não indica apenas uma lacuna arquivística local, mas também a fragilidade de um modelo de escolarização marcado pela descentralização, pela irregularidade administrativa e pela baixa capacidade de transformar a previsão legal em presença escolar efetiva (Saviani, 2021).

Esse silenciamento institucional, observado nos principais fundos documentais da administração provincial, permite inferir que não havia, à época, uma preocupação sistematizada com a organização e manutenção da instrução pública na região de Formiga. As poucas menções identificadas são esparsas e não indicam continuidade ou consolidação de um projeto educacional local.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo desta pesquisa permitiram identificar importantes vestígios da história da instrução pública na cidade de Formiga, Minas Gerais, durante o período do Brasil Império (1822–1889). Entre as descobertas mais significativas, destacam-se os registros de atuação de professores em diferentes momentos do século XIX, a existência de alunos matriculados em instituições particulares, o funcionamento do Collegio Tesson, em 1867, e a identificação de estruturas administrativas como o 13º Círculo Literário, registrado em 1859. Essas evidências, embora pontuais, contribuem para a reconstrução de um panorama educacional fragmentado, porém relevante, que evidencia o protagonismo de alguns agentes individuais e o início da institucionalização da educação formal na região.

Para responder ao objetivo de investigar a história da educação, no município de Formiga, durante o período do Brasil Império (1822-1889), os achados foram sintetizados. Na leitura da linha do tempo apresentada na Figura 1, é possível distinguir quatro momentos de desenvolvimento da instrução pública em Formiga, cada um representado por uma cor diferente.

Período em que Formiga era parte da vila de Tamanduá (linha vermelha) – Compreende o intervalo de 1765, com a fundação da Capela de São Vicente Ferrer, até o início da década de 1830. Nesse intervalo, aparecem os primeiros vestígios da educação local: a criação da Escola de Gramática Latina (1825), a iniciativa imperial de ofertar instrução primária gratuita em todo o território nacional (1827) e o registro de que a localidade foi contemplada pela abertura de

escolas para meninas (1828). Em 1831, já existia um professor de primeiras letras (Cândido Joaquim de Arantes), evidenciando a presença de ensino elementar. As leis que aparecem fora da linha do tempo – a Constituição Política de 1824 e a lei de 1827 que regulamentou a instrução primária – contextualizam esse surgimento inicial de escolas e professores.

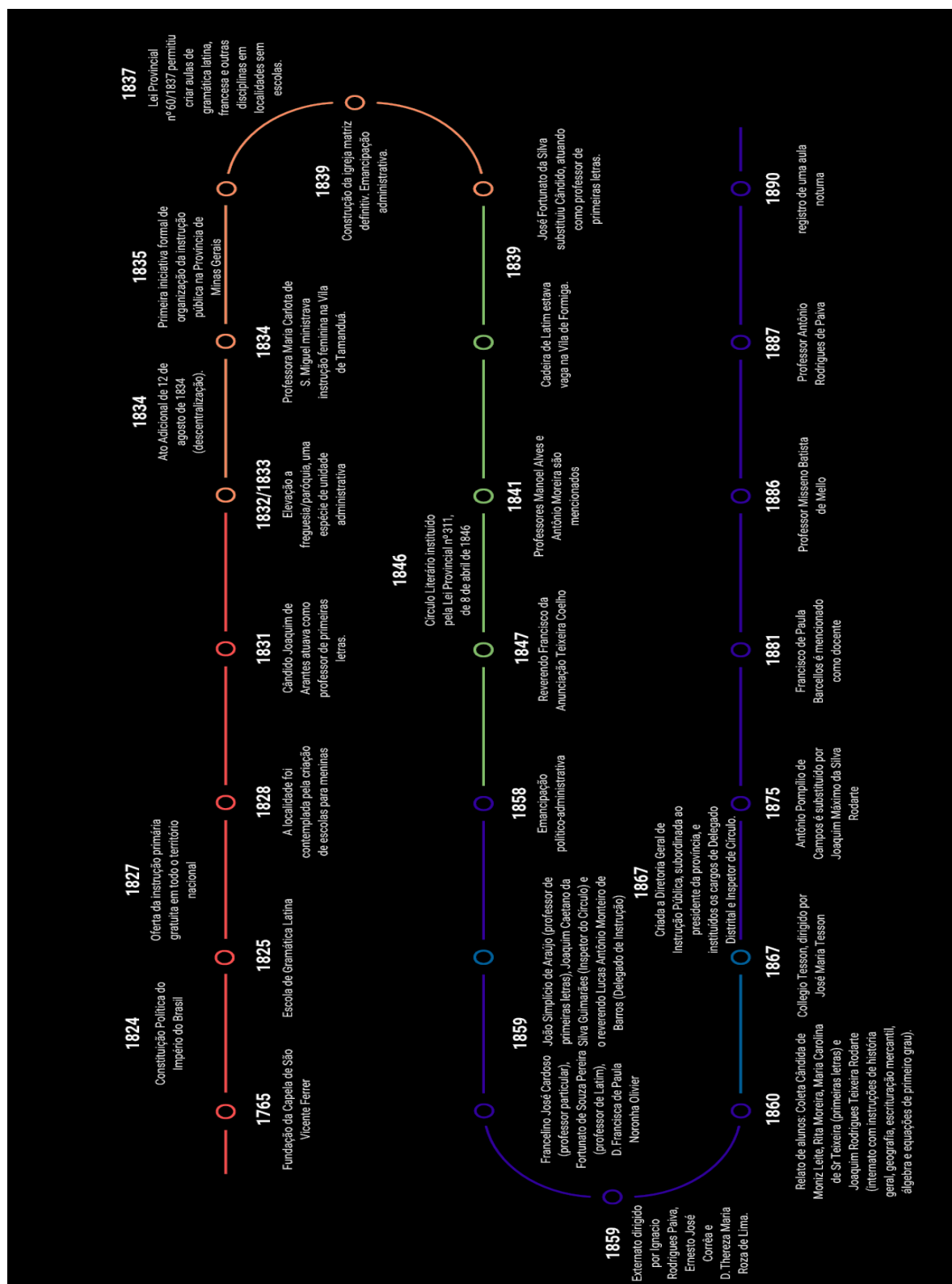
Período de relativa autonomia administrativa, ainda sob Tamanduá (cor laranja) – Em 1832/1833, Formiga foi elevada a freguesia/paróquia, uma unidade administrativa dentro da vila-mãe. Essa promoção coincide com a contratação de uma professora para instrução feminina (Maria Carlota de S. Miguel, em 1834). Nas bordas dessa fase figuram leis provinciais que ampliaram a descentralização e a organização do ensino: o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que descentralizou a administração imperial, e a primeira iniciativa formal de organização da instrução pública na Província de Minas Gerais (1835), que previu escolas femininas e definiu salários docentes. A Lei Provincial nº 60/1837 permitiu, ainda, a criação de aulas de gramática latina, francesa e outras disciplinas em locais sem colégios. Essa atuação normativa ajuda a explicar a presença, nessa fase, de uma professora de instrução feminina e o início de discussões sobre ensino secundário. O arco laranja encerra-se em 1839, quando se registra a construção da igreja matriz definitiva e a emancipação administrativa de Formiga.

Período da emancipação administrativa (linha verde) – Após 1839, observa-se uma maior pluralidade de agentes: há registros de professores Manoel Alves e Antônio Moreira (1841), do reverendo Francisco da Anunciação Teixeira Coelho (1847) e da existência de uma cadeira de Latim (embora vaga em 1839). No mesmo contexto, a Lei Provincial nº 311/1846 cria o Círculo Literário, uma estrutura de inspeção e supervisão do ensino que aparece na linha do tempo como marco institucional. Esses eventos mostram a transição de uma educação incipiente para uma organização mais formal, culminando com a emancipação político-administrativa de 1858, que encerra a linha verde.

Período pós-emancipação (linha azul) – Já independente, Formiga registra um aumento na diversidade de instituições e personagens ligados à educação. Em 1859 há referência a um externato dirigido por Ignacio Rodrigues Paiva, Ernesto José Corrêa e D. Thereza Maria Roza de Lima, além de professores como Francelino José Cardoso (professor particular), Fortunato de Souza Pereira (Latim) e D. Francisca de Paula Noronha Olivier. No mesmo ano, João Simplicio de Araújo (professor de primeiras letras), Joaquim Caetano da Silva Guimarães (Inspetor de Círculo) e o reverendo Lucas Antônio Monteiro de Barros (Delegado de Instrução) ilustram a multiplicação de funções docentes e administrativas.

Os registros de alunos entre 1860 e 1875 evidenciam uma clientela escolar composta por meninas e rapazes em diversas modalidades. A Diretoria Geral de Instrução Pública, criada em 1867, marca a centralização provincial do ensino, e pouco depois o Collegio Tesson passa a funcionar em Formiga. A partir da década de 1870, as ações registradas – substituição do professor Antônio Pompílio de Campos (1875), atuação de Francisco de Paula Barcellos (1881), do professor Misseno Batista de Mello (1886), de Antônio Rodrigues de Paiva (1887) e o registro de uma aula noturna em 1890 – indicam a continuidade das atividades escolares e a presença de diferentes profissionais, alguns vinculados às políticas provinciais e outros à iniciativa particular.

Figura 1 – Linha do tempo da educação e das transformações institucionais em Formiga



Fonte: elaborada pelos autores com base em Paula Sobrinho (2007), Corrêa (1993), Lopes e Chamon (2019), Neves (2006), Brasil (1824, 1827, 1834), Minas Geraes (1835, 1837, 1846), Diário de Minas (1867), Noticiador de Minas (1869, 1871) e documentos consultados no Arquivo Público Mineiro (2025).

Essa leitura cronológica da Figura 1 mostra como o desenvolvimento educacional de Formiga acompanhou as transformações jurídicas e administrativas do Brasil Império: primeiro como parte da vila de Tamanduá, depois com autonomia crescente como freguesia, em seguida emancipada administrativamente e, por fim, já município independente, articulando-se com as novas leis provinciais e multiplicando espaços de ensino formais e particulares de ensino.

Contudo, os achados também revelaram um expressivo silêncio documental por parte dos órgãos administrativos e políticos da época. A ausência de registros consistentes nas correspondências da Câmara Municipal de Formiga, nos ofícios da Comarca de São Bento do Tamanduá e nos documentos do Conselho Geral da Província, evidencia a inexistência de uma política sistemática voltada à instrução pública local. A descontinuidade e escassez de documentos referentes à nomeação de professores, à criação de escolas ou mesmo à fiscalização educacional permitem inferir que a educação formal não ocupava lugar de prioridade nas agendas políticas da região, durante o Império, refletindo um cenário de negligência institucional e precariedade educacional.

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de aprofundar as investigações sobre a história da educação em Formiga, especialmente no que se refere ao século XIX. Compreender esse passado educacional fragmentado é essencial para refletir criticamente sobre os desafios atuais e evitar a repetição de políticas excludentes ou desarticuladas. Para futuras pesquisas, recomenda-se iniciar pela análise detalhada das 32 caixas que compõem a série “Nomeação, designação, licença, suspensão e restauração de ensino” (BR MGAPM IP-3-1-Cx.001 a Cx.032), cuja exploração não foi possível neste estudo em razão de limitações orçamentárias e logísticas. O aprofundamento dessas fontes poderá ampliar significativamente a compreensão sobre a atuação docente, as políticas públicas e os embates institucionais no campo da educação pública em Formiga durante o Império.

Dessa forma, a trajetória da instrução pública em Formiga permite observar, em escala local, os efeitos de um processo mais amplo da escolarização brasileira no século XIX. A promessa de difusão das primeiras letras, presente desde a Lei de 1827, não se converteu em um sistema nacional de ensino. O Ato Adicional de 1834 deslocou para as províncias a responsabilidade pela instrução primária e secundária, enquanto a efetivação da escola pública continuou limitada por condições materiais, administrativas e financeiras. Nesse cenário, os vestígios encontrados em Formiga (professores isolados, aulas avulsas, ensino particular, presença religiosa e registros administrativos descontínuos) expressam a articulação entre as dinâmicas nacionais da legislação imperial, as respostas regionais da Província de Minas Gerais e as condições políticas, culturais e econômicas próprias de uma localidade interiorana.

Referências

ACADEMIA MINEIRA DE MEDICINA. *José Carlos Ferreira Pires*. Disponível em: <https://www.acadmedmg.org.br/ocupante/cadeira-34-patrono-jose-carlos-ferreira-pires/>. Acesso em: 9 maio 2025.

A ACTUALIDADE. *Ouro Preto*: Partido Liberal, ano 3, n. 98, 1 out. 1880. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/230359/per230359_1880_00098.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

A ACTUALIDADE. *Ouro Preto*: Partido Liberal, ano 4, n. 72, 2 ago. 1881. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/230359/per230359_1881_00072.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

ARLS AMOR E CARIDADE Nº 313. *Capitão Antônio Joaquim de Arantes*. Ribeirão Preto: ARLS Amor e Caridade, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.adonhiramita.org.br/post/capit%C3%A3o-ant%C3%B4nio-joaquim-de-arantes>. Acesso em: 9 maio 2025.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Matrícula do ensino particular nos municípios mineiros. 1860-1875*. Código de referência: BR MGAPM IP-3-2-061. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Matrícula de estabelecimentos subvencionados de ensino primário e secundário, provinciais*. Código de referência: BR MGAPM IP-3-2-172. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *São Vicente Ferrer da Formiga, Município de São Bento do Tamanduá*. 1839. Código de referência: BR MGAPM PP-01-10-Cx.65-Doc.20. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondência recebida sobre assuntos diversos. 1832-1834*. Código de referência: BR MGAPM CGP-1-4-Cx.02. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondência recebida sobre assuntos diversos. 1833-1834*. Código de referência: BR MGAPM CGP-1-4-Cx.06. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondência recebida de Câmaras Municipais – Conselho Geral da Província. 1829-1834*. Código de referência: BR MGAPM CGP-1-2-Cx.13. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300020>.

BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93293>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Decreto de 24 de fevereiro de 1823. Eleva a 240\$000 o ordenado de um Professor de primeiras letras da Côrte. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 39, 1823. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-38738-24-fevereiro-1823-567526-norma-pe.html. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832 (Ato Adicional). *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v.1, p.15, 1834. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 3.839, de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v.1, pt.1, p.71, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Apelação nº 1336. José Joaquim da Costa Xavier x Antonio Rodrigues de Paiva Lopes. Relator: João Monteiro Peixoto. Formiga, 8 fev. 1887. *O Direito*, Rio de Janeiro, ano 18, v.51, p.87-91, 1898. Disponível em: https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/6873/APELACAO_1336.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

CASTANHA, André Paulo. A introdução do método Lancaster no Brasil: história e historiografia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. *Anais [...]*. Caxias do Sul: ANPED, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>. Acesso em: 9 maio 2025.

CASTANHA, André Paulo. *Pedagogia da moralidade: a ordem civilizatória imperial*. 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/>. Acesso em: 9 maio 2025.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA. Disponível em: <https://www.uniformg.edu.br/cursos/>. Acesso em: 8 maio 2025.

COELHO, Pedro Henrique Porto (coord.). *Patrimônio cultural de Formiga-MG*. Formiga: Prefeitura Municipal, 2018.

CORREIA, Leopoldo. *Achegas à história do oeste de Minas*: Formiga e municípios vizinhos. 2. ed. rev. e atual. Formiga: Consórcio Mineiro de Comunicação, 1993.

CORREIO MERCANTIL. Manifesto do partido liberal da cidade e termo da Formiga ao público. *Diário de Minas*, Ouro Preto, ano 1, n. 105, p. 2, 17 abr. 1866. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/217280/per217280_1866_00105.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. *Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

CRUZ, Luiz. *A inconfidente e sua cidade*: Hipólita Jacinta Teixeira de Melo. Disponível em: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/33>. Acesso em: 18 maio 2025.

DAVID, Clarice Lisandra. *Processo de escolarização em Itabira do Matto Dentro/MG (1860-1889)*. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8R2J55>. Acesso em: 31 maio 2025.

DIARIO DE MINAS. Cidade da Formiga: collegio Tesson. *Diario de Minas*, Ouro Preto, ano 1, n. 219-221/224-226/228-229, abr. 1867. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2025.

DIARIO DE MINAS. Requerimentos despachados: mês de outubro. *Diario de Minas*, Ouro Preto, v.1, n.116, p.2, 26 out. 1866. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=376523&pagfis=439>. Acesso em: 13 maio 2025.

FALCO, Cláudia Maria dos Santos. *Moderação na província de Minas Gerais: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional da vila de São João del-Rei (1831-1835)*. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoClaudiaFalco.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

FAMILYSEARCH. *Clodoveu Cardoso (1883-1962)*. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/G89R-5TF/clodoveu-cardoso-1883-1962>. Acesso em: 9 jul. 2025a.

FAMILYSEARCH. *Fortunato Pereira de Souza (1840-)*. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/GG33-FWK/fortunato-pereira-de-souza-1840>. Acesso em: 9 maio 2025b.

FAMILYSEARCH. *José Fortunato da Silva (1938-)*. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/GQZ5-39H/jos%C3%A9-fortunato-da-silva-1938>. Acesso em: 13 maio 2025c.

FARIA, Carlos César de. *Vida de padre: trabalho, cultura e fé no Alto São Francisco (1754-1832)*. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.465>.

FERREIRA, Elenice Silva. *Memória e educação: as políticas públicas de educação do município de Vitória da Conquista-Bahia, no período entre 1945 e 1963*. 2019. 395 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_EleniceSilvaFerreira_7957.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

FORMIGA. Câmara Municipal. *Economia*. Disponível em: <https://www.camaraformiga.mg.gov.br/economia/>. Acesso em: 8 maio 2025a.

FORMIGA. Prefeitura Municipal. *Formiga: E. E. Professor Joaquim Rodarte*. iPatrimônio. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/formiga-e-e-professor-joaquim-rodarte/>. Acesso em: 8 maio 2025b.

FUNDAÇÃO CALMON BARRETO. *O trem da história*. Araxá, ano 14, n. 14, jul./set. 1994. Disponível em: <https://fundacaocalmonbarreto.mg.gov.br/dados/trem/14/arquivo/O%20Trem%20da%20Hist%C3%A9ria%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%BAmero%2014.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

GENI. *Francelino José Cardozo*. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Francelino-Jos%C3%A9-Cardozo/4347132322300041619>. Acesso em: 9 jul. 2025.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Nobreza e redes de poder na Zona da Mata Mineira no Segundo Reinado. *Fronteiras: revista de história*, Dourados, v.11, n.19, p. 273-297, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265667014>. Acesso em: 13 maio 2025.

GOMES, Marilaine Soares Inácio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MESQUITA, Ilka Miglio de. A educação no espaço público: a pedagogia cívica dos jornais mineiros no período regencial. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 17, n. 3, p. 604-626, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v17n3-2018-2>.

INÁCIO, Marilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-85VMUZ>. Acesso em: 31 maio 2025.

INÁCIO, Marilaine Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Sociabilidades, espaço público e formação do povo em Minas Gerais no período regencial (1831/1840). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 274-293, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/14783>. Acesso em: 30 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e estados*: Formiga/MG. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/formiga.html>. Acesso em: 8 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Campus Formiga*: sobre a instituição. Disponível em: <https://formiga.ifmg.edu.br/sobre-a-instituicao>. Acesso em: 8 maio 2025.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher*: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). 2008. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-7D9PET>. Acesso em: 9 jul. 2025.

JINZENJI, Mônica Yumi. As escolas públicas de primeiras letras de meninas: das normas às práticas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.10, n.22, p. 169-197, jan./abr. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-00942010000100009&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 9 maio 2025.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; CHAMON, Carla Simone (org.). *História da educação em Minas Gerais*: da Colônia à República. Uberlândia: EDUFU, 2019. v. 2, 278 p.

MARTINS, Antonio de Assis. *Almanak administrativo, civil e industrial da Província de Minas-Geraes para servir no ano de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=393428&pagfis=1148>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MARTINS, Maria Fernanda. Família, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX). *Acervo*, Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.121-139, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v30i1.802>.

MINAS GERAES. *Lei nº 13, de 28 de março de 1835*. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. Ouro Preto: Assembleia Legislativa Provincial, 1835. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/13/1835/>. Acesso em: 30 maio 2025.

MINAS GERAES. *Lei nº 60, de 7 de março de 1837*. Autoriza o Governo da Província a estabelecer Aulas de Grammatica Latina e Franceza, de Filosofia, Rhetorica, Geographia e Historia nas Comarcas onde não houver Collegios. Ouro Preto, 1837.

MINAS GERAES. *Minas Geraes: órgão oficial da Província de Minas*. Ouro Preto, 1894. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/291536/per291536_1894_00181.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

MINAS GERAES. Assembleia Legislativa Provincial. *Lei nº 311, de 8 de abril de 1846*. Ouro Preto: Assembleia Legislativa Provincial, 1846.

MUNIZ, Diana Gonçalves. Meninas e meninos na escola: a modelagem das diferenças. *Textos de História*, Brasília, DF, v.8, n.1, p.69-83, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328030459.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

NEVES, Leonardo Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/FAEC-85TNZ7>. Acesso em: 1 jun. 2025.

NOTICIADOR DE MINAS. *Ouro Preto*, n. 88/111-112/114/116-119/121/124-126/128-130, abr./jun. 1869. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767042&pagfis=365>. Acesso em: 13 maio 2025.

NOTICIADOR DE MINAS. *Ouro Preto*, n. 381, 23 nov. 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767042&pagfis=1>. Acesso em: 12 maio 2025.

PAULA, Dalvit Greiner de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura ilustrada e educação conservadora. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 20, n. 1, p. e120, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e120>.

PAULA SOBRINHO, José Francisco de. *A formação histórica das comunidades no Brasil: estudo da criação do Arraial de São Vicente Ferrer da Formiga, sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

QEDU. *EE Professor Joaquim Rodarte*. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31115207-ee-professor-joaquim-rodarte>. Acesso em: 8 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. E-book.

SERAFIM-PEDRUZZI, Jumara; JINZENJI, Mônica-Yumi. Os homens e a docência no século XIX: trajetórias de egressos da Escola Normal de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil, 1877-1889). *História y Sociedad*, Medellín, n.42, p.85-110, june 2022. DOI: <https://doi.org/10.15446/hys.n42.89732>.

SOARES, Pedro de Almeida Freitas. Um estudo sobre famílias, elite e política: a trajetória dos irmãos Monteiro de Barros. *Revista Ágora*, Niterói, v. 35, p. 1-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47456/e-20243504>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. *Nota biográfica Joaquim Caetano da Silva Guimarães (1813-1896)*. Belo Horizonte: Acervo da Memória do Judiciário Mineiro, [19--?].

TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicação, 13).

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da Lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p.31-50, jan./abr. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100003>.